

A contemporaneidade das concepções freirianas sobre democracia para a escola pública brasileira

Fernanda Motta de Paula Resende¹

Angelo Rodrigo Bianchini²

Flávia Motta de Paula Galvão³

RESUMO

O presente artigo objetiva retomar as concepções freirianas de democracia nas obras *Sobre Educação: Diálogos* (1984); *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995); *A Educação na Cidade* (2006) e *Política e Educação* (2015), a fim de destacar sua atualidade e de discutir a necessidade dessas concepções no estabelecimento dos princípios democráticos no interior da escola pública e na sociedade brasileira. Para levarmos a cabo este estudo, revisitamos a biografia e a bibliografia de Paulo Freire para selecionarmos as obras a serem estudadas e sistematizadas. Partimos, então, para a identificação das concepções sobre democracia, contidas nas obras, por meio de um estudo teórico. Esclarecemos, ainda, que este texto não apresenta uma fórmula de como agir e, tampouco, possui a pretensão de conceber a gestão democrática e humanitária, sozinha, como resposta de todos os problemas enfrentados pela escola pública hodierna. Assim, este trabalho é uma alternativa, baseada nas concepções freirianas, as quais universalizam e sociabilizam o saber sistematizado, essencial para o exercício da democracia consciente, crítica, progressista e humanitária.

Palavras-chave: Democracia. Democratização. Escola Pública. Paulo Freire.

1 Doutora em Educação pela UNESP - Campus de Marília. Professora Assistente do Departamento de Educação da UNESP - Campus de São José do Rio Preto. Email fernanda.resende@unesp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7435-6937>

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão e do Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO/UFMA. Coordenador Institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/UFMA/CAPES. Coordenador Estadual do Fórum dos Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica - ForPIBID. Membro dos grupos de pesquisas Estado e Gestão Educacional (PPGE-UFMA), Implicações Pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural (UNESP/Marília) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFMA). Email: ar.bianchini@ufma.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8705-281X>

3 Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestrado em Estudos Linguísticos pela mesma universidade. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso. Email: flaviamottapaula@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1005-4400>

The contemporaneity of freirean conceptions about democracy for the administration of the brazilian public school

ABSTRACT

This article aims to retake Freire's conceptions of democracy in works such as *Sobre Educação: Diálogos* (1984); *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995); *A Educação na Cidade* (2006) and *Política e Educação* (2015), in order to highlight his relevance and to discuss these conceptions in the establishment of democratic principles within the public school and the Brazilian society. So that this study can be carried out, we revisit Paulo Freire's biography and bibliography to select the works to be studied and systematized. Then, we proceed to an identification of the conceptions about democracy, contained in his works, through a theoretical study. We further clarify that this text does not present a form of action and does not intend to devise a democratic and humanitarian strategy as a response to all the problems that apply to today's public school. Thus, this work is an alternative, based on the Freirean conceptions, which universalize and socialize the systematized, essential knowledge for the exercise of the conscious, critical, progressive and humanitarian democracy.

Keywords: Democracy. Democratization. Public School. Paulo Freire.

La contemporaneidad de las concepciones freirianas sobre la democracia para la escuela pública brasileña

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo traer a la discusión las concepciones freirianas de democracia en las obras *Sobre Educação: Diálogos* (1984); *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995); *A Educação na Cidade* (2006) y *Política e Educação* (2015), para destacar su actualidad y discutir la necesidad de esas concepciones en el establecimiento de los principios democráticos en el interior de la escuela pública y en la sociedad brasileña. Para llevar a cabo este estudio, revisamos la biografía y la bibliografía de Paulo Freire para seleccionar las obras a ser estudiadas y sistematizadas. Partimos, entonces, para la identificación de las concepciones sobre democracia, contenidas en las obras, a través de un estudio teórico. Aclaramos todavía que este texto no presenta una fórmula de cómo actuar y, tampoco, tiene la pretensión de conocer la gestión democrática y humanitaria, como única respuesta de todos los

problemas enfrentados por la escuela pública actual. Así, este trabajo es una alternativa, basada en las concepciones freirianas, las cuales universalizan y sociabilizan el saber sistematizado, esencial, para el ejercicio de la democracia consciente, crítica, progresista y humanitaria.

Palabras clave: Democracia. Democratización. Escuela Pública. Paulo Freire.

Introdução

Passadas mais de três décadas da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, acompanhamos a acelerada desconstrução dos princípios democráticos e a diluição dos direitos sociais conquistados por meio de lutas pela redemocratização do Estado brasileiro nos anos finais da década 1980. Frente a um singular Golpe de Estado⁴, o qual coloca em risco o regime democrático, enfrentamos a retomada da ofensiva do ideário neoliberal por intermédio de ações governamentais truculentas, que aniquilam as incipientes experiências democráticas participativas, primando, sobretudo, pela transformação dos direitos sociais em serviços, pela precarização da escola pública, pelo silenciamento da classe docente e pela resignificação dos mecanismos democráticos da sociedade brasileira.

Estudos na área das políticas e da gestão da educação, antecedentes ao Golpe instaurado, evidenciam importantes mudanças materializadas no campo da gestão da educação e da escola, assentadas nos princípios da democratização da escola pública. Contudo, temos assistido assombrados à diluição e ao esvaziamento dos princípios democráticos na sociedade e na educação pública brasileira⁵.

Precisamos retomar as bandeiras de luta de outrora e resistir contrariamente às imposições neoliberais que resignificam os princípios democráticos e participativos, submetendo a administração pública às milagrosas teorias empresariais de gestão e tolhendo a criação e

4 Situação essa que se repete em 2016. A presidenta, legitimamente eleita, foi derrubada por um processo político, o qual se baseou em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do Judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (cf. JINKINGS, 2016, p. 12).

5 A exemplo, o Projeto de Lei 867/2015, conhecido como “Escola sem Partido”, que já está em fase de aprovação e em várias Câmaras de Vereadores dos municípios da Federação (FRIGOTTO, 2017).

o fortalecimento dos espaços participativos e de decisões coletivas no interior da escola pública brasileira.

As escolas públicas brasileiras compilam, no discurso dos sujeitos e nos documentos oficiais, o conceito de democracia, o qual é propagado como se fosse um modismo estabelecido por uma tendência; não como um dever da escola e da comunidade em garantir a participação e o exercício do dialogar para todos os segmentos da comunidade escolar. A escola secundariza ou, até mesmo, suprime da formação do aluno e da comunidade escolar os elementos necessários para o exercício democrático. No cotidiano das escolas públicas, há, ainda, diretores e equipes pedagógicas autoritárias que reproduzem relações hierárquicas e de centralização do poder⁶, o que os torna agentes de uma cultura alienante e, totalmente, antidemocrática.

Nesse cenário, Paulo Freire ocupou um cargo na condição de administrador público, oportunidade em que tentou implementar ações que materializassem sua concepção democrática de educação, por meio da descentralização das tarefas e da participação de todos os membros da comunidade, buscando trazer para o ambiente escolar a abertura para as reflexões dialógicas.

O teórico tem como marco a “educação como prática da liberdade”. A partir da conscientização da população, defende que é possível instigar e possibilitar a inserção do indivíduo no processo histórico como sujeito ativo. Acredita, ainda, que o diretor acaba atuando como mediador nesse processo da libertação, o que possibilita à comunidade escolar múltiplas vivências, sempre por meio da indagação, do diálogo, da resistência à opressão, da luta e da esperança.

Ressalta, também, que é preciso expressar a capacidade de indignar-se constantemente contra todas as formas de opressão, de exclusão e de desrespeito às diferenças existentes entre alunos, professores e família, representados nas diversas maneiras de ensinar, nas condições sociais e na pluralidade cultural. Indo ao encontro dessa perspectiva, não se faz uma escola democrática e criativa somente com as relações que priorizam a ciência e a técnica.

Nas sociedades governadas pelos interesses de grupos de abrangência internacional e nações dominantes, a formação dos cida-

⁶ Os estudos de Paro (1992; 1993; 2003) evidenciam que na sociedade capitalista as transposições das teorias empresariais para o cotidiano da escola pública brasileira intensifica e aprofunda a hierarquização e as relações autoritárias.

dãos está totalmente voltada para o mercado de trabalho. Todavia, não é possível supor êxitos no campo econômico, sem existir um alicerce de uma formação para a civilização. Este é o caminho para romper com a tradição educacional burocrática e centralizadora; imposta às escolas públicas por intermédio da imposição de políticas neoliberais, de cunho conservador e autoritário.

Paulo Freire pauta-se, dessa forma, em um projeto de educação em que a prática da liberdade e da emancipação humana são princípios básicos. Para isso, é necessário romper com a visão tecnicista da educação imposta pelos neoliberais e, por meio de uma luta contínua, criar possibilidades para a reconstrução do mundo.

A administração participativa é uma das principais defesas de Paulo Freire, o que tem como intuito tornar a escola um ambiente formador de profissionais reflexivos, críticos, pesquisadores e criativos. Assim, administrar é proporcionar experiências democráticas, incentivando o exercício da cidadania ativa e a formação do cidadão como sujeito integrado na efetivação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para tanto, o diretor precisa desenvolver em si o aprendizado técnico, político e humano, colocando-se contra toda forma de autoritarismo e de discriminação, por meio das quais se caracterizam as relações de poder em relações alienantes, sendo, pois, um interlocutor, criando condições para o diálogo e para a reflexão. Na globalização excludente, administrar é identificar, na organização escolar, indivíduos a serem treinados, controlados, dirigidos e manipulados.

Como uma de suas lutas prioritárias é o amparo de uma educação libertadora e emancipadora, ainda que se represente de forma conflituosa, corporativista e integrada de interesses diversos, Paulo Freire mostra que a atitude dialógica e a abertura à reflexão são condições iniciais para a formação e para obter o compromisso político. Em sua pedagogia, constata o conhecimento da dialética da realidade e do reconhecimento do sujeito e de sua cultura como base da prática educativa. A cidadania ativa e a democracia integrada são condições primordiais para a superação da dominação e da exclusão.

No Brasil, há várias formas de provimento do cargo de diretor escolar, dentre elas as mais conhecidas são (i) indicação política, (ii) concurso público, (iii) nomeação, (iv) seleção mista e (v) eleições diretas. Paulo Freire, dentre essas, defendia a ideia de uma eleição direta com a parti-

cipação da comunidade escolar ou de ingresso pelo sistema misto, por meio do qual seria possível avaliar o saber técnico, político e humano. Dessa forma, para que a administração escolar seja realmente realizada na perspectiva da gestão democrática participativa faz-se fundamental levar para as urnas os professores, os pais e os alunos.

A administração escolar democrática, baseada nos princípios freirianos, pode tornar-se uma opção real para progredir a qualidade do trabalho pedagógico no núcleo da organização escolar, apresentando a camada majoritária da população. É necessário que se divulguem todas as informações fundamentais ao debate e à tomada de decisão coletiva. Desta maneira, a participação implica estar presente na história e não simplesmente nela estar representado. É necessário que o administrador desperte o desejo de participar em todos.

Sem fugir à responsabilidade de intervir, de dirigir, de coordenar, de estabelecer limites, o diretor não é, porém, na prática realmente democrática, o proprietário da vontade dos demais. Sozinho, ele não é a escola. Sua palavra não deve ser a única a ser ouvida (FREIRE, 2001, p. 105).

Segundo Paulo Freire (2006), os instrumentos auxiliares para acontecer uma escola democrática são o Conselho de Escola, o Grêmios Estudantil, o Projeto Político Pedagógico e a Formação Continuada dos Professores. Nesse sentido, o administrador precisa compreender a importância e a função do Conselho de Escola como um exercício de cidadania para as pessoas e como instrumento de luta para a democratização da escola e da sociedade. A criação dos Grêmios Estudantis é um desafio educacional, social, cultural e político, capaz de oferecer o preparo para uma cidadania ativa, pois possibilita aos jovens o aprendizado do exercício democrático.

Cabe esclarecer que este texto, fruto de estudos sistematizados de obras centrais sobre o pensamento democrático de Paulo Freire, não apresenta uma receita de como agir frente à administração da escola pública brasileira. Ademais, salientamos que não se tem a pretensão de imputar que a gestão democrática sozinha seja a resposta de todos os problemas que a escola pública enfrenta nos dias de hoje.

Com base no exposto, o presente artigo tem como objetivo retomar as concepções freirianas de democracia nas obras *Sobre Educação: Diálogos* (1984); *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995); *A Educação na Ci-*

dade (2006) e *Política e Educação* (2015), a fim de destacar o quão atual ainda se fazem e discutir a necessidade dessas concepções para o estabelecimento dos princípios democráticos no interior da escola pública e na sociedade brasileira.

Paulo Freire e suas obras sobre democracia

A obra *Política e Educação* (2015), escrita quase em sua totalidade em 1992, caracteriza-se como a junção de reflexões sobre ações político-pedagógicas discutidas em onze reuniões realizadas no Brasil e no exterior. Quando o livro foi publicado, Paulo Freire já era um intelectual renomado e essa obra alcançou repercussões em dimensões inimagináveis. Assim como em outras obras, quais sejam, *A Educação na Cidade*, *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia do Oprimido* e *Diálogos sobre Educação*; nessa, Freire deixou expressa sua concepção de que a educação não é neutra, sendo, pois, um ato totalmente político.

O pensamento freiriano na obra *Política e Educação* (2015) organiza o papel da educação como um fator fundamental na reinvenção do mundo, por meio da formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica. É preciso salientar a experiência social, a formação, as crenças, a cultura, a opção política e o sonho. Paulo Freire fala sobre o “ser mais”, que tem a possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia, ele tem a ver com a natureza humana, como corpo consciente, que se constitui na História com a experiência social.

Ademais, Freire preferiu referir-se à educação de adultos como uma “educação Popular”, pois ela é mais abrangente. Ao olhar de forma democrática, progressista, a educação popular supera a “educação bancária”, ao compreender o educando como um sujeito histórico e contextualizado socialmente. Para isso, é indispensável que o educador dê o suporte, partindo da realidade concreta dos educandos, pois o senso comum só é superado a partir dele, pelo conhecimento mais crítico. Um ponto importante a ser considerado é a História, que é tempo de possibilidade e não de determinações. Por meio dessa, é possível libertar-se para salvar-se, tornando-se sujeitos-objetos da história. A grande utopia desse processo é enxergar a “unidade na diversidade”.

Concomitantemente, é preciso lembrar de um dos pensamentos mais conhecidos do Paulo Freire: a educação como algo político. Para ele, seria impossível ver a educação como algo neutro ou apolítico, ca-

bendo aos educadores deixar claro para os educandos quais são seus sonhos, suas lutas, sempre embasados, dando provas concretas e, ao mesmo tempo, respeitando os pensamentos diferentes. Esse é o verdadeiro movimento ético-democrático.

Ao falar de ações ético-democráticas, é necessário que os educadores tragam, em sua prática, elementos que estejam presentes também em seus discursos, tornando-se sempre coerentes e coesos, sendo um “(des)velador” de verdades. A democracia não se constrói no falseamento da verdade. Os erros, os equívocos acontecem, mas o uso do falseamento da verdade é optativo, quem se utiliza desse meio para ensinar ou até mesmo viver está seguindo uma conduta antidemocrática.

Ressalta-se, ainda, na obra, que o educador tem a obrigação de intervir competente e democraticamente ao entrar em contato com grupos populares que estão, de certa forma, alienados, aceitando todas as formas de exploração e opressão, demandando do educador uma prática com sua politicidade assumida. Além disso, a crítica é algo que está presente na vida de todos. As ações, as reflexões e a análise de mundo de cada um são, fundamentalmente, um processo impossível de ser vivido sem influências, ou seja, sem ser criticado.

Para Paulo Freire, ensinar e aprender são processos que envolvem a busca, a curiosidade, o erro, o acerto, a serenidade, a rigorosidade, o sofrimento, sem se esquecer do prazer e da alegria. Ao ser um democrata, as atitudes têm que vir a ser coerentes. Não cabe ao educador transferir conhecimento e os alunos apenas memorizá-los. É por meio da cooperação que todo ser social e histórico está em desenvolvimento, ao fazer uso da linguagem, do pensamento e do corpo.

Quando há uma administração autoritária, há também uma “falsa” participação da comunidade, em que esta participa geralmente em dois momentos: em festividades escolares e nas reuniões de pais. O autoritarismo não acredita na possibilidade do outro, não aceita o novo nem o que saia do tradicionalismo. Paulo Freire aponta que

[...] esta forma autoritária de apostar nos pacotes e não na formação científica, pedagógica, política do educador revela como o autoritário teme a liberdade, a inquietação, a incerteza, a dúvida, o sonho e anseio pelo imobilismo. (FREIRE, 2015, p. 85).

Ao administrar a Secretaria da Educação na cidade de São Paulo, em meados dos anos de 1989, Paulo Freire diagnosticou que, com

o modelo implementado no sistema educacional do município de São Paulo, seria impossível fazer uma administração democrática. Uma de suas escolhas foi descentralizar as decisões, reconhecendo o poder de voz de todos (alunos, professores e comunidade), diminuindo o poder dos diretores e reorientando a política de formação dos docentes.

Outrossim, Freire destacava que, se a Escola Pública se tornasse popular, a sociedade teria muito a ganhar com esse movimento, por exemplo, a presença dos pais na escola. Para o autor, é possível que os pais com o contato dos professores entendam com mais profundidade os problemas vividos na escola, a qual tem muito que aprender com os pais e com suas experiências vividas, no sentido de crescimento da escola.

No pensamento freiriano, o administrador tem que dar visibilidade aos sonhos de toda a comunidade escolar, construindo, assim, novas relações no interior da escola, exercitando a participação e a vivência da democracia e exercendo assim o papel de cidadão. A obra *Política e Educação* tem como característica especial a conscientização político-pedagógica voltada para a liberdade e para a autonomia, por meio da politização da educação. Com a proposta do livro, é possível problematizar a realidade e criticar a forma como a sociedade está posta. Dessa maneira, o diálogo é fundamental para despertar a conscientização com o objetivo de formar cidadãos em uma práxis progressista democrática.

Já na obra *Sobre Educação: Diálogos* (1984), Paulo Freire e Sérgio Guimarães trazem, por meio de um diálogo, suas devidas opiniões sobre a interferência dos meios de comunicação e o poder que eles exercem sobre a vida do ser humano. Os autores deixam claro que é absolutamente necessário para a escola acompanhar o desenvolvimento tecnológico e se utilizar dele.

A crítica nossa tem que ser política, e não tecnológica. A posição em que eu me situo, portanto, é essa: eu não sou contra o computador; o fundamental seria nós podermos programar o computador. É a questão do poder: é saber a serviço de quem ele é programado para nos programar (FREIRE, 1984, p. 84).

Nessa perspectiva, em que Freire ressalta o papel político da educação, há duas perspectivas pedagógicas: de alienação, ao domesticar os alunos, explicitando uma ideologia que é exatamente a dos grupos do poder, submetendo-os novamente a uma escolástica; e de eman-

cipação, ao propor atividades em que os próprios alunos aprendam a produzir sua mensagem, trazendo, assim, uma didática pedagógica que auxilie na compreensão real da sociedade capitalista.

A escola precisa aceitar as mudanças, revolucionando-se, seguindo novas exigências sociais e históricas. É preciso valorizar a busca, a pesquisa, a curiosidade, a imaginação, sem se esquecer, contudo, de valorizar, também, o conhecimento produzido. O ensino deixará de ser um fabricante de memórias repetitivas e vai se tornar um espaço criador. Paulo Freire considera interessante que os responsáveis pela política da educação em nível municipal, estadual e federal sejam “gente de seu tempo”, arriscando-se no novo e criando conhecimentos que acompanhem as mudanças da atualidade.

Para o autor, uma das principais tarefas de um governo democrático em relação às grandes massas é extinguir a censura. Com isso, é importante que as emissoras de TV e rádio estimulem a curiosidade crítica e evitem programas domesticantes. É preciso que a mídia seja um instrumento que venha a ser posto a serviço do desvelamento das construções político-ideológicas, tornando-se, assim, um meio político-pedagógico.

É evidente que a escola, enquanto instituição social e histórica, não pode cumprir sempre da mesma forma um certo papel que ela vem cumprindo, através do tempo e do espaço. Por outro lado, eu não diria que a escola tem de brigar com as novas presenças que se vêm em torno dela. Presenças que vêm surgindo em função do desenvolvimento da ciência e tecnologia [...] o que a escola teria que fazer era aceitar mudar. Aceitar revolucionar-se, em função da existência crescente de outros instrumentos (FREIRE, 1984, p. 24).

Em outra face da escola democrática tratada no livro, Freire apresenta a necessidade de ela ir além de seus muros, entrando na comunidade e conhecendo as experiências extraescolares dos alunos: onde brincam, como brincam, para, a partir dessas informações, usar de instrumento e de ponto de partida para aguçar a curiosidade, oportunizando às crianças conhecer melhor o que já conhecem, mas, agora, de forma sistematizada. Dessa forma, em um ambiente aberto e democrático, o educando é sujeito de sua formação, não só o objeto. O educador, ao exercer uma prática político-pedagógica-democrática, acaba respeitando a opinião do educando. Para isso, quanto mais crítico e lúcido for o

educador, melhor ele terá condições de executar uma prática profundamente pedagógica.

Portanto, a ideia principal que podemos extrair do diálogo presente no livro de Paulo Freire e Sérgio Guimarães é em relação à influência das novas tecnologias. Segundo Paulo Freire, a escola precisa estar em constante movimento e reconstrução e não ter as novas tecnologias como um empecilho, porque a mudança faz parte da vida humana. Nesse sentido, a educação deve proporcionar o desenvolvimento da consciência crítica sobre o papel que as tecnologias assumem nas relações sociais contemporâneas.

Na obra *Pedagogia: Diálogo e Conflito* (1995), Paulo Freire e Moacir Gadotti intitularam o livro como “Diálogo e Conflito”, porque, para eles, essas duas ações se articulam como uma estratégia do oprimido. Assim, utiliza-se do diálogo para resolver os conflitos. Nesse diálogo, são discutidas possíveis respostas para perguntas que eles receberam de todo o país, feitas por pedagogos, professores, jornalistas. Com essa perspectiva, a prática-pedagógica absorve a teoria de uma política pedagógica e democrática.

Um educador é, assim, um ser histórico e social. Em uma sociedade de classes, o educador apresenta uma identidade, por meio da qual ele está a serviço das classes dominantes, sendo um professor reacionário, ou a serviço das classes dominadas, sendo um professor revolucionário, que tem no método um caminho para a libertação.

Ao assumir o papel de um professor revolucionário, faz-se necessário compreender os direitos primordiais que devem ser elucidados através da educação para classe trabalhadora, destacada por Paulo Freire no capítulo “A democratização do saber”: o de conhecer melhor o que já se conhece a partir da prática e de conhecer o que ainda não conhece.

Para tanto, Freire destaca a importância dos educadores com o compromisso na própria formação para o desenvolvimento da consciência crítica e política que deve assumir junto à educação da classe trabalhadora. De acordo com o autor,

É preciso que a categoria de educadores tome nas mãos a tarefa de se reeducar, através de seminários, cursos, etc. Só quando uma categoria assume a consciência crítica e política da sua travessia política para a classe trabalhadora é que ela começa a se reeducar também na prática da travessia até a classe trabalhadora (FREIRE, 2001, p. 73).

Freire, ao discorrer sobre a necessidade do processo de reeducação para o desenvolvimento da consciência crítica e política, salienta, também, a importância do administrador em saber diferenciar um treinamento de uma capacitação. Ao treinar, o educador aprende a seguir um guia; ao capacitar, ele pode até usar um guia, mas, ao retirá-lo, o educador terá condições de continuar as suas atividades pedagógicas sem ser prejudicado. Portanto, para Freire, o reeducar deve sempre assumir a perspectiva da capacitação, para promover as potencialidades para o desenvolvimento da consciência crítica e política, uma vez que “[...] a natureza do processo educativo sempre é diretiva [...]” (FREIRE, 1995, p. 76), ou seja, independentemente de ser feita pela burguesia ou pela classe trabalhadora, ela será sempre direta.

Outro ponto importante da pedagogia freiriana diz respeito ao olhar crítico no sistema educacional como um subsistema, tarefa fundamental do educador revolucionário, segundo Freire (2001, P. 78).

O problema é mostrar essa relação dialética entre o subsistema educacional, em qualquer sociedade, e o sistema global, que gera esse subsistema. Para mostrar que ele não é apenas a reprodução da ideologia dominante, mas que também possibilita, ou melhor, que dentro dele é possível uma contraposição.

A sociedade passa, há certo tempo, por um período de aumento geral da violência. Com isso, a escola é atingida profundamente, sobretudo as situadas nas periferias, o que leva as escolas a terem uma relação precária com a comunidade. A escola é vista como um mecanismo de evasão e seletividade, sendo uma pirâmide educacional, hierarquizando a força de trabalho. Paulo Freire vê que “[...] a escola é de certa forma uma resposta a uma violência maior que é exercida contra essas populações” (FREIRE, 1995, p. 90).

Para se realizar uma educação democrática, é impossível relacioná-la a uma estrutura autoritária. A descentralização do sistema e a ampliação da participação de todos da comunidade escolar são pontos essenciais a serem discutidos e necessários para alcançar a tão esperada autonomia da escola. Para facilitar a transformação de uma administração autoritária, é essencial a parceria com uma gestão democrática da educação em níveis superiores, ou seja, que haja, acima dos diretores autoritários, uma gestão pedagógica democrática.

Paulo Freire refere-se também ao papel do supervisor que, na maioria das vezes, é classificado de maneira errônea, sendo apenas um inspetor. Para ele, quem exerce esse cargo é um educador com uma tarefa de coordenação, animação e reanimação. É necessário que esse profissional tenha uma visão ampla “de pensar com a professora a prática dessa professora” (FREIRE, 1995, p. 107).

Ler-escrever-ler criticamente é uma das tarefas fundamentais da escola. [...] É preciso ler o mundo, mas sobretudo, escrever o reescrever o mundo, quer dizer, transformá-lo (FREIRE, 2001, p. 113-114).

Assim, entendemos que, nos diálogos proferidos pelos três autores do livro, não há uma política revolucionária que não implique ouvir, falar e lutar. Para Paulo Freire, a verdadeira escola democrática traz uma educação voltada para a libertação, uma educação que seja dialética e conhecida como uma educação com concepção popular.

Logo nas primeiras páginas da obra *A Educação na Cidade (2006)*, Paulo Freire dedica-a a todos que fizeram parte e ajudaram de alguma forma a democratizar as escolas da cidade de São Paulo, desde os que fizeram a limpeza do chão aos que foram responsáveis pelas reflexões teóricas. Essa é a essência do pensamento freiriano sobre a democratização: todos são sujeitos protagonistas.

Quando Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foi entrevistado inúmeras vezes para explicar o seu método e como ele colocaria em prática. Este livro é composto por algumas dessas entrevistas que foram realizadas entre os primeiros meses até o começo do segundo ano de sua administração.

Dentre os objetivos que Paulo Freire tinha para a sua administração, quatro marcaram mais.

1) Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares - virtuais únicos usuários da educação pública; 2) democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos, alunos, funcionários, professores, técnicos educativos, pais de família, se vinculem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições sempre presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática; 3) incrementar a qualidade de educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente; 4) [...] contribuir para eliminar o analfabetis-

mo de jovens e adultos de São Paulo (FREIRE, 2006, p. 14).

Ao transformar uma escola tradicional, autoritária, em uma escola democrática, reconstruindo as relações internas entre professor-aluno, direção-professor, agindo na base do respeito, por uma qualidade de educação, a relação com a comunidade transforma-se também. Assim a procura por ela aumenta, o que permite superar um dos maiores déficits da educação, que é o abandono da educação.

Paulo Freire considera como um dos maiores desafios de coordenar uma Secretaria de Educação conseguir compactuar o qualitativo com o quantitativo. Não é apenas construir mais escolas para toda a população, é preciso também zelar por elas e ter uma prática educativa de qualidade. As crianças que acabam sofrendo mais com esses déficits são as que pertencem às camadas populares.

Outro ponto que Paulo Freire destaca é a importância da inversão de papéis da escola, em que ela tem que valorizar o “saber de experiência feito”, para que a criança popular não fique em desvantagem. Desvantagem essa que surge do fato de a criança da classe média ter o vocabulário, a prosódia e a sintaxe que a escola considera como o certo, já a criança da camada popular não tem esse repertório. Essa criança tem domínio de fatos e de ações que estão ligados, diretamente, a seu cotidiano. A linguagem é, culturalmente, um dos importantes aspectos do processo de democratização da sociedade.

Com isso, a escola deve alterar os seus critérios de avaliação, para que haja a democratização. A escola tem que se preocupar em preencher certas lacunas de experiência das crianças, com o objetivo de ajudar a superar os obstáculos em seu processo de conhecer. É importante que a criança tenha contato com o padrão culto da língua, mas, ao fazer isso, a escola não pode despertar na criança a sensação de inferioridade, de desrespeito com a sua cultura que

[...] [numa] perspectiva realmente progressista, democrática e não autoritária, não se muda a “cara” da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente. A Administração precisa testemunhar ao corpo docente que o respeita, que não teme revelar seus limites a ele, corpo docente. A Administração precisa deixar claro que pode errar. Só não pode é mentir (FREIRE, 2006, p. 25).

Indo ao encontro dessa proposta, Paulo Freire defende a pedagogia da pergunta, da participação, deixando sempre claro que isso não acontece de forma individual, nem de um dia para o outro, dentro do gabinete, mas, sim, com muita luta, esforço de toda a comunidade, políticas competentes, condições materiais e uma impaciente paciência.

Ao falar do caráter ideológico e político explícito em seu projeto, Paulo Freire esclarece que a questão fundamental é política, ou seja, é necessário conhecer o educando, o conteúdo a ser ensinado, como realizar essa atividade, saber se é a favor de quem e contra quem. Um educador progressista estimula a dúvida, a crítica, a curiosidade, o gosto do risco e mostra, de forma desocultante, a realidade.

Sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente. Imagine você se eu pretendesse superar o autoritarismo da escola autoritariamente.” (FREIRE, 2006, p. 74).

A participação de todos da comunidade, defendida por Paulo Freire, não é composta apenas por momentos de mutirões, como, por exemplo, nos momentos em que todos se unem para limpar a escola. Para ele, a participação popular é o caminho para a realização de uma escola democrática. Assim, automaticamente, com a participação, as práticas elitistas, antidemocráticas, vão se afastando do ambiente escolar. “Onde quer que esteja estarei me empenhando, como vocês, em favor da escola pública, popular e democrática” (FREIRE, 2006, p. 144).

A partir da leitura dessa obra, entendemos que, ao assumir o comando da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, o interesse de Paulo Freire era combater o elitismo, o autoritarismo, o clientelismo, por meio de uma pedagogia progressista dialógica, em que a escola pública fosse um lugar que estimulasse o aluno a pensar criticamente, articulando o saber popular com o científico, processo esse mediado por um educador que defendesse toda prática democraticamente.

Considerações Finais

Embora o tema administração escolar não ter sido o tema principal de nenhuma obra freiriana, a preocupação com a temática estava presente em várias de suas obras, dentre elas, as utilizadas para a realiza-

ção das análises deste artigo. Mesmo reconhecendo avanços alcançados pela escola pública em relação ao seu processo de democratização, é preciso reconhecer que muitos desafios ainda permanecem e que a luta não terminou.

As práticas centralizadas, altamente burocratizadas e controladoras, ainda estão enraizadas na organização dos processos de trabalho na escola e em sua administração, agora, nomeada como gestão. As escolas que possuem essas características apresentam uma participação controlada, restrita, tutelada, sem autonomia, presa aos assuntos de natureza administrativa e funcional, visando à individualização das ações.

A democracia tem sido uma democracia representativa, longe dos princípios que nortearam as lutas e os movimentos dos educadores ao longo dos anos de 1980, no processo de redemocratização da sociedade brasileira. É de suma importância que se retomem e delimitem os princípios de participação e de democratização na perspectiva emancipadora e transformadora da educação, da escola e da sociedade.

Paulo Freire incomodava-se com as formas centralizadoras de governo, pois não favoreciam os procedimentos democráticos. Para ele, essenciais eram a participação da população, a descentralização e a autonomia nas estruturas administrativas. A descentralização constituía-se uma bandeira de luta, com vistas a cooperar para a formação de uma cultura da participação e do trabalho coletivo no interior das escolas.

Nessa perspectiva, as instâncias de planejamento, de deliberação, de avaliação, de controle e de acompanhamento social e coletivo dos processos sociais devem superar a barreira do individualismo e caminhar na direção das práticas coletivistas. A democratização da educação e da escola exige passos firmes, tendo em vista a superação de estruturas e práticas hierarquizadas, fragmentadas, autoritárias e centralizadas, dinamizando e consolidando espaços e momentos de discussão e deliberação coletiva.

Por intermédio do estudo das obras acima, sintetizamos que, para alcançar uma escola formadora e com o diretor na perspectiva freiriana de um agente transformador, é vital desafiar o ambiente no qual se insere o paradoxo: educar para a conservação ou para a transformação; formar para a preservação ou para a mudança da estrutura vigente. Para tornar possível essa educação transformadora, primeiramente, faz-se

necessário possuir o embasamento teórico e, em seguida, ter um compromisso político-pedagógico como base das ações.

Administrar na teoria dialógica é gerar situações para que todos tenham as mesmas condições de reflexão e decisão, desde os funcionários, os alunos, os professores e os administradores, ficando livres da repreensão interna e externa. Com isso, os objetivos são elaborados conjuntamente, estabelecendo, assim, a cultura do trabalho coletivo.

Segundo as concepções freirianas, o diretor pode fazer diferença em uma escola, para que permaneça inerte, estática, ou se transforme em uma escola dinâmica, em movimento, alegre, feliz e bonita. Para que o diretor chegue ao segundo modelo de escola, é essencial que ele rompa com as práticas autoritárias e cristalizadoras, uma vez que não é proprietário da vontade dos demais, pois sozinho ele não é a escola, sua palavra não deve ser a única a ser seguida.

A libertação é um trabalho em comunhão, que depende da ação política e dos limites colocados pela própria história. A pedagogia de Freire deixa de ser uma pedagogia do oprimido e passa a ser uma pedagogia do homem em processo de permanente libertação. Para isso, a comunidade escolar, dentre eles, o novo diretor, precisa aprender coisas novas e desaprender outras, refletindo permanentemente sobre a sua prática, sendo um intelectual, um organizador da cultura, um articulador do projeto político-pedagógico dialógico, comprometido com a formação continuada.

Portanto, administrar uma escola pública à luz das concepções de democracia de Paulo Freire contribuirá para a construção de uma escola melhor e fundada nos princípios democráticos. Ao defender a escola humanizada, dialógica e capaz de criar um ambiente escolar que favoreça a reintegração das diferenças, ele evidencia a necessidade do sonho, da utopia e da democracia radical.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **À Sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, P. **Sobre educação: diálogos**. V. II/ Paulo Freire (e) Sérgio Guimaraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G (org.). **Escola “sem partido”**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Xamã, 2003.

Recebido: maio/ 2019

Aceito: julho/2019